



## Os Moinhos do Ribeiro do Coito

Rodolfo Manaia<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo sobre o complexo de moinhos de água do Ribeiro do Coito enquadra-se numa perspetiva de preservação da memória do “saber-fazer” do ofício de moagem tradicional, e da realidade quotidiana que o envolvia, através das fontes históricas e orais que permitem analisar, compreender e registar o património material e imaterial.

### 1. Introdução

Os moinhos de rodízio e atividade do moleiro, com todo o labor a ela inerente, marcaram de forma indelével a paisagem, o ideário e as artes proto-industriais portuguesas ao longo de vários séculos. Atualmente, todo o conhecimento técnico e realidade quotidiana decorrente da atividade da moagem tradicional se encontra num percurso célere, para se perder no esquecimento de forma irreversível.

O ofício de moleiro, transmitido geracionalmente, trata-se de um saber ancestral e cada vez mais raro, pelo que cumpre proceder ao seu registo com recurso a diversas fontes escritas e orais por meio de diferentes suportes, com o auxílio primordial daqueles que o executaram e o preservam na memória como parte integrante do seu quotidiano.

No final do séc. XIX, Sousa Viterbo alertava já para esta necessidade, considerando que “*Uma das indústrias que mais alta e geral importância teve entre nós e que tende a desaparecer completamente é a da moagem pela força hidráulica...*” (Viterbo, 1896:195) “*Antes que tudo se perca irremediavelmente, salvemos pela descrição e pela estampa o que ainda nos resta, dilacerado e partido, dos antigos documentos da laboriosidade portuguesa.*” (Viterbo, 1896:196)

As informações orais aqui reproduzidas foram recolhidas por nós, através do método de entrevista ao senhor António Marques (A.M) de 79 anos<sup>2</sup>, e pela entrevista realizada ao senhor Manuel Marcos<sup>3</sup> (M.M), ambos fizeram parte integrante do quotidiano vivido nos moinhos do Ribeiro do Coito. Tratam-se de dois testemunhos primordiais para a recolha da memória e conhecimento do património imaterial e cuja mundividência auxilia de forma inestimável na contextualização do património histórico e imaterial.

1. Arqueólogo do Município de Carrazeda de Ansiães.

2. Entrevista realizada no dia 07 de agosto de 2019.

3. Entrevista realizada pelo Dr. Luís Pereira e Dra. Isabel Alexandra Lopes em 2013, no âmbito do projeto de musealização do Museu da Memória Rural de Vilarinho da Castanheira. Registo áudio disponível em: <https://museudamemoriarural.pt/moinhos-de-rodizio/>

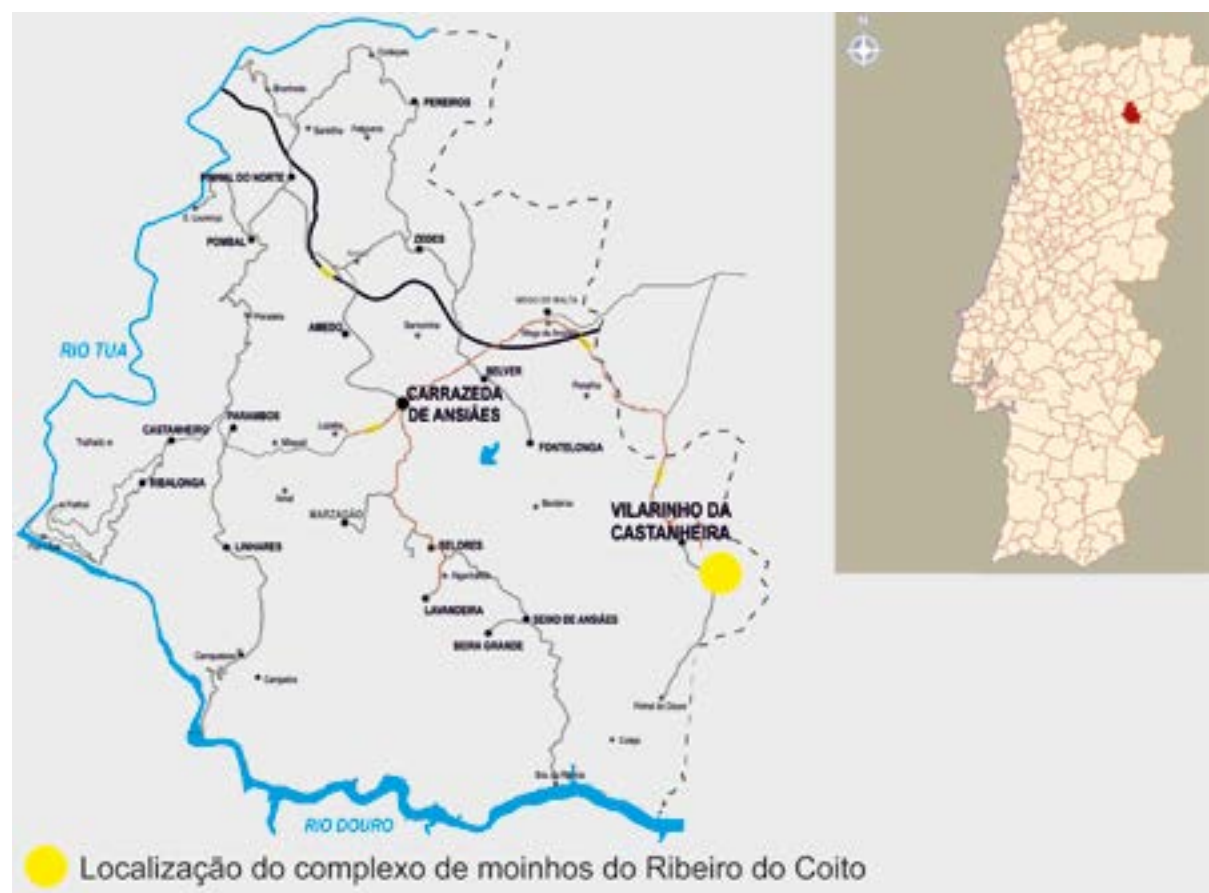


Fig. 1 Localização do complexo de moinhos do Ribeiro do Coito

## 2. Contextualização geográfica e histórica

O conjunto de moinhos do Ribeiro do Coito<sup>4</sup>, localiza-se na freguesia de Vilarinho da Castanheira, no concelho de Carrazeda de Ansiães. Este curso de água, nascido no concelho de Torre de Moncorvo, atravessa o lugar do Coito, que lhe dá o nome, e percorre parte da freguesia de Vilarinho da Castanheira até desembocar na Ribeira das Tâbuas que

se liga à Ribeira de Coleja e que desagua na margem direita do rio Douro.

As estruturas destes moinhos localizam-se ao longo do ribeiro, numa extensão de cerca de 500m, e são acessíveis através da Estrada Nacional 324, seguindo a direção da Lousa virando à esquerda no cruzamento antes de chegar a Vilarinho da Castanheira, após cerca de 2400m vira-se à direita por estrada de terra batida. O percurso até aos moinhos encontra-se assinalado por placas informativas. (Fig.1)

O concelho de Carrazeda de Ansiães inclui-se na grande bacia hidrográfica do rio Douro, subdividindo-se por três bacias afluentes deste. A hemi-bacia esquerda do rio Tua, que delimita o concelho a poente, a hemi-bacia direita do Sa-

bor e das ribeiras afluentes diretas do rio Douro. O território integra-se na unidade morfo-estrutural designada de Zona Centro Ibérica, as principais rochas existentes no território são os granitos e os xistos. A área apresenta uma morfologia variada delimitada a sul pelo Douro e a nascente pelo Tua, sendo atravessada por ribeiras afluentes de ambos, e enquadra-se na confluência das sub-regiões do Alto Trás-os-Montes e do Douro.

A parte norte-oriental de Portugal é caracterizada por valores pluviométricos muito baixos, não só nas depressões mais acentuadas, mas também nas planícies e, até, planaltos bastantes elevados, desde que protegidos da influência atlântica por eficazes barreiras de relevo (Lautensach, Daveau e Ribeiro 1999:402)

São distinguidos três microclimas:

- Os vales dos rios Douro e Tua, - microclima da Terra Quenta - de características mediterrâneas, com menor pluviosidade e temperatura média anual mais elevada.

- O planalto de Carrazeda com registo de maior pluviosidade e menor temperatura média anual, enquadrando-se no microclima de Terra Fria, de características continentais.

- Registos de transição entre os microclimas acima referidos - microclima de montanha - nas áreas de transição entre as encostas do Douro e do Tua e a área planáltica.

O caudal das linhas de água e ribeiras que abastecem o concelho de Carrazeda de Ansiães é oscilante e muito dependente da pluviosidade, apresentando caudais de estiagem relativamente fracos. (PDM,2015:21)

O Ribeiro do Coito apresenta uma sazonalidade de caudal decorrente das condições climáticas e hidrográficas supramencionadas.

A atividade moageira encontra-se atestada para Vilarinho da Castanheira<sup>5</sup> desde o período Medieval, como se verifica nas inquirições realizadas em 1258 no reinado de D. Afonso III, que referem a existência de "...um moinho abandonado, de que resultaria

*pagar foro ao rei, caso o mesmo fosse cultivado ('si ipsum molinum fuisset populatum darunt inde domno regi suum forum').*" (Marques, 2014:14)

A documentação do séc. XVIII relativa a Vilarinho da Castanheira é bastante mais profusa e menciona em diversas ocasiões a atividade moageira ou atividades a ela diretamente ligadas, bem como a caracterização da região, "*He terra fria, & montuosa, recolhe muito azeite em huns valles junto ao rio Douro, a que chamão Lobasim, huma legoa distante da villa, o restante della, & seu termo produz bastante pão, & vinho, algum sumagre,...*" (Costa, 1706:439). Nas "Memórias Paroquiais" de 1758 é exposto que "*Os frutos desta terra que se recolhem em mais abundancia, hé azeite e seda, e em mediania centeyo, castanha, vinho, algum milho.*". Pinho Leal refere que "*... é abundantíssima de agua potável e de rega (...) produz vinho, trigo, milho, (...) e centeyo.*" (1873: 1339), já Columbano Ribeiro de Castro menciona que "*... a sua principal colheita hé pão centeyo...*"<sup>6</sup> (Mendes, 1981:314), e segundo o mesmo existiram em 1796 dois moinhos entre a população de Vilarinho da Castanheira (Pinho Leal, 1873:1340)

A primeira menção específica aos moinhos em estudo neste artigo surge nos finais do século XIX, "*Esta parochia, alem da villa de Villarinho da Castanheira, não compreende outras povoações, mas somente 4 fogos na grande quinta de Lovazim, 3 nos moinhos do Couto e 3 na quinta e nos moinhos da Cova Escura.*" (Pinho Leal, 1873: 1340), sendo esta informação reiterada mais adiante na mesma obra "*Banham esta freguezia o Douro e 2 ribeiros que desaguam no Douro, denominados - ribeiro de Valdranja e do Couto. Tem este ultimo uma ponte que da passagem para o Douro e para a grande quinta do Lovazim; - rega e move 3 moinhos; - e o Douro, nos limites desta parochia, tem 3 moinhos nas Azenhas de D. Maria, pertencentes à quinta de Lovazim.*" (Pinho Leal, 1873: 1343).

As fontes consultadas permitem aferir que o início da exploração do recurso hídrico do Ribeiro do Coito

4. A confirmação da denominação de Ribeiro do Coito, tal como o local surge designado na Carta Militar de Portugal nº117, levantamentos de 1945 e 1994, foi feita através das entrevistas realizadas, sendo esta a verbalização corrente, embora em algumas fontes escritas dos sécs. XVIII, XIX e XX, este surja como Ribeiro do Couto.

5. Vilarinho da Castanheira recebeu a primeira carta de foral em 1218 e incorporava a comarca de Torre de Moncorvo, perdeu o estatuto de concelho em 1853, passando a fazer parte integrante do concelho de Carrazeda de Ansiães.

6. Atualmente ainda se verifica na oralidade a utilização da designação de pão, ou pão centeyo como referência ao grão proveniente da mesma espécie vegetal ou à farinha resultante da sua moagem.

para atividade moageira, como a conhecemos, já era efetiva no final do séc. XIX., contando com três estruturas de moagem.

A existência de azenhas no rio Douro já se encontrava atestada para datas anteriores como mencionam as “Memórias Paroquiais” de 1758, “*Em distancia de huma legoa vulgar desta villa passa o Rio Douro (...) há huma barca, que hé do Concelho desta villa huma azenha de moer centeyo, que hé de Manuel de Sousa Cardoso...*”, no entanto, neste documento, embora seja feita uma alusão ao “ribeiro do Couto”, não é feita menção a qualquer moinho neste lugar.

Perdura ainda na tradição oral de que em tempos idos seria frequente a deslocação dos moleiros para as azenhas do Douro quando os caudais das linhas de água do planalto não possibilitavam a utilização dos engenhos de moagem.

“*Já não é da minha lembrança, mas diziam, que depois dos moinhos pararem, que iam para as azenhas, para o Douro.*” (M.M)

Na documentação disponível no Arquivo do Município de Carrazeda de Ansiães, nomeadamente nos livros de “*Licenças de Comércio e Indústria*” encontram-se referências aos licenciamentos de diversas atividades, nomeadamente para a moageira, entre outras. As fontes datadas de 1928 até 1943 oferecem uma perspetiva da dinâmica e da ocorrência da atividade, verificando-se ao longo destas décadas várias concessões para a exploração de moinhos, nomeadamente na freguesia de Vilarinho da Castanheira. As menções nestes licenciamentos a diversas estruturas de moagem como são os moinhos de água, um moinho de vento e fábrica de moagem, embora vagas, e cujas denominações podem sofrer variações consoante os anos ou décadas em que são efetuadas, permitem inferir uma continuidade do ofício de moleiro.

A informação, ainda que valiosa, parece fragmentada e de algum modo incompleta dado que em nenhum dos anos registados se verificou o licenciamento para a totalidade de estruturas de moagem identificadas ao longo do Ribeiro do Coito.

A consulta do “*Cadastro de Moagens de Rama*”, Livro 144 referente ao concelho de Carrazeda de Ansiães, constante do Arquivo Histórico da Administração da Região Hidrográfica do Norte, permitiu

recolher bastante informação relativa aos moinhos de Vilarinho da Castanheira<sup>7</sup>, particularmente acerca dos localizados no Ribeiro do Coito.

O “*Cadastro de Moagens de Rama*”, reporta-se ao início da década de 1940, trata-se de um importante fundo documental cuja informação contida resulta da aplicação do Decreto-Lei n.º 30850 de 5 de Novembro de 1940, cuja vigência se estendeu ao longo de toda a década.

Nele constam:

- A data de recenseamento.
- O n.º de processo de moagem.
- Concelho, freguesia, corrente e margem em que se implanta.
- Tipologia e número de mós, identificação do proprietário, e com anotações relativas ao estado de laboração, abandono ou ruína.

Esta legalização de moagens era apenas exigida para engenhos que estivessem a laborar à data da publicação do decreto, tendo ficados dispensados de requerer o respetivo diploma de legalização todos os que provassem que o seu aproveitamento fosse anterior ao Código Civil de 1867, relacionando-se com a legislação do regime jurídico das águas.

Este fundo documental possibilitou aceder a informação produzida decorrente da função de guarda-rios, com sede no Cantão de Ribalonga, tendo elencado durante o ano de 1940, 1941 e 1944, a existência de estruturas de moinhos existentes no Ribeiro do Coito, entre outras, e que foram incorporadas no respetivo “*Cadastro de Moagens de Rama*”.

Em 1941 foram elencados dez moinhos ao longo do curso de água do Ribeiro do Coito, sendo que sete se localizam na margem direita e três na margem esquerda. Estão também identificados três moinhos que utilizavam uma mó e os restantes utilizando duas mós.

Alguns dos ofícios do cadastro apresentam anotações manuscritas a vermelho, relativamente ao estado de conservação, nomeadamente se está “*abandonado*” ou “*em ruína*”, bem como referências ao processo de legalização dos mesmos.

7. Refira-se que neste cadastro existe um separador referente a Vilarinho, e outro referente a Vilarinho da Castanheira, embora se constate claramente que se trata da mesma freguesia.

Ano Registo CMR	Ofício n.º	Data	Lugar	Ribeiro	Margem	Estrutura	Mós	Proprietário	Anotações à Margem (escritas a vermelho)
1940	112	13/06/1940	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	António Manuel Barbosa	----
1940	111	13/06/1940	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	Luis Catorze	Ofício concedido a Luis Manuel Nunes. Dispensado de legalizar pelo Of.º N.º 7807, de 12/12/947 - Proc.º n.º 1182/945
1942	250	23/10/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	Guilhermina Mesquita	Está em ruínas
1942	251	23/10/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	Manuel António Vicente	Em ruínas. Dispensado de legalizar pelo Ofício n.º 879 de 15/4/944 Proc.º N.º 286/945
1942	252	23/10/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	Abílio Mesquita	Em ruínas
1942	253	23/10/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	Luis António Cordeiro	Em ruínas
1942	254	23/10/1941	Couto	Couto	Esquerda	Moinho	Uma	Abílio Marques /Casado Proprietário	Em ruínas
1942	277	06/11/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	António Manuel Barbosa	Legalizado por Diploma de licença n.º 1537 de 15/7/943 - Proc. N.º 1024/43
1942	607	04/12/1941	Couto	Couto	Esquerda	Moinho	Duas	Manuel António Miranda	Em ruínas
1942	326	04/12/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Uma	João Cândido Costa (rasurado) Manuel António Polido	Legalizado por Diploma de licença n.º 756 de 6/7/944 - Proc.º n.º 293/944
1942	328	04/12/1941	Couto	Couto	Esquerda	Moinho	Uma	António Joaquim Vasconcelos	Abandonado
1942	329	04/12/1941	Couto	Couto	Direita	Moinho	Duas	Luis António Cordeiro	Abandonado
1945	???	16/12/1944	Couto	Couto	Direita	Moinho	Uma	Luis António Cordeiro	-----

Fig. 2 Relação de documentos constantes no Cadastro de Moagens de Rama

As informações relativas ao estado de conservação não são passíveis de datação exata, pois surgem como anotações à margem e sobrescrevendo o ofício original, pelo que não é possível aferir se correspondem ao momento de execução do ofício ou posterior.

Contudo, podemos presumir que as anotações tenham sido feitas em data incerta durante a década de 1940, atendendo às datações que fazem referência a alguns processos de legalização. (Fig. 2) Refira-se ainda que, na Carta Militar de Portugal folha n.º 117, edição de 1945, se registam nove estruturas

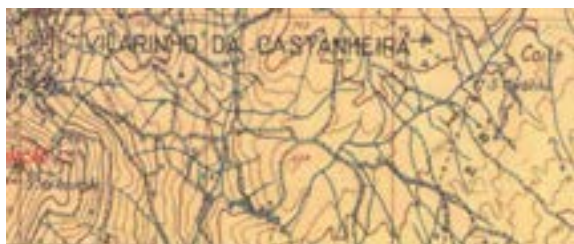


Fig. 3 Carta Militar de Portugal folha nº117, levantamento de 1945 (excerto)



Fig. 4 Carta Militar de Portugal folha nº117, levantamento de 1994 (excerto)

assinaladas no local em estudo, identificadas como azenhas de acordo com a simbologia existente na legenda, já no que à Carta Militar de Portugal folha nº 117, edição de 1994, no local em que se encontram os moinhos do Ribeiro do Coito, e de acordo com a legenda da mesma, apenas surge indicada a existência de sete conjuntos de ruínas. (Fig.3 e 4)

Segundo a informação oral recolhida, a última estrutura de transformação de cereal deste local terá deixado de operar de forma sistemática em meados da década de cinquenta do séc. XX, data em que todas as restantes já se encontravam votadas ao abandono e algumas em estado de ruína. Ainda segundo a mesma fonte, nos finais da década anterior já só estariam operacionais seis dos moinhos.

“Praticamente eu e a minha mãe é que fazíamos aquilo [...] eu tinha dez anos e depois também pouco mais tempo lá estive, praticamente começou a aquilo a acabar, havia ali dois motores e depois praticamente acabou-se tudo.” (A.M)

Ao progressivo abandono não terá sido alheio o facto de se terem instalado duas moagens elétricas, nas proximidades deste complexo de moinhos.

“... começou a haver mais máquinas para moerem o cereal e os moinhos deixaram de trabalhar.” (M.M)

“... e depois começou a haver motores também, motores elétricos. Havia 2 na Lousa, havia 1 no Vilarinho e moiam depois o resto do ano, eram eles que faziam as farinhas.” (M.M)

“Duas moagens a diesel... dois motores um além no Santo António e outro logo ali a seguir nessa rua.” (A.M)

Fenómeno recorrente ao longo de todo o século XX, a crescente industrialização dos processos levou

ao gradual desaparecimento de diversos ofícios tradicionais.

Atendendo aos dados que constam no livro de “Licenças de Comércio e Indústria”, para o ano de 1929, é feita referência a uma “fábrica de moagem”. Os diferentes tipos de exploração terão coexistido durante algumas décadas.

Ainda com base nestes registos, verifica-se neste período a existência de diversos licenciamentos para a freguesia de Vilarinho da Castanheira, para além das estruturas moageiras, são registadas diversas atividades sucedâneas desta, nomeadamente para “forno de coser pão”, sendo que num caso específico se regista o licenciamento, em 1931, de “um moinho e forno de coser pão”, e de indústria de um “motor de cereaes” na freguesia de Vilarinho da Castanheira.

No ano de 1943, foram licenciados, para a freguesia em questão, a exploração industrial a 3 requerentes distintos a um moinho para cada um, bem como a exploração de uma telheira e a exploração de “Farinha-Fabrica”, desta última talvez se possa inferir uma especialização e industrialização da atividade.

O primeiro moinho a ter deixado de laborar, e talvez de forma precoce, terá sido o que se localiza mais a oeste, dado que esta estrutura, devido à proximidade da linha de água do Ribeiro do Coito, ficaria, por diversas ocasiões, submersa e consequentemente inoperacional.

“... era o último entrava lá a água e até lhe chamavam o moinho sapeiro...”, “Aquele nunca funcionou bem porque o ribeiro empresava ali a água e não despendia nada bem...” (A.M)



Fig. 5 Identificação dos moinhos do Ribeiro do Coito sobre ortofotmapa

### 3. As estruturas molinológicas

A evolução tecnológica das técnicas de moagem foi progressiva ao longo de vários milénios, a sua história e evolução encontra-se profundamente estruturada e sistematizada para o território português, num estudo histórico e etnográfico de referência relativo aos sistemas de moagem publicado na obra “Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem” (Oliveira, Galhano e Pereira, 1983). De acordo com esta obra, os moinhos de rodízio em Portugal identificam-se sobretudo nas zonas “... rústicas e serranas nortenhas, eles são geralmente de dimensões muito reduzidas, dispendo de edifícios rudes e toscos, e apetrechados com uma única ou quando muito duas moendas.” (Oliveira, Galhano e Pereira, 1983:78)

Atualmente identificam-se dez estruturas molinológicas que terão utilizado o sistema motriz de rodízio nas margens do Ribeiro do Coito, sete delas encontram-se em estado de ruína, duas foram recuperadas recentemente pela junta de freguesia local e uma apresenta a estrutura recuperada embora já não funcione como moinho.

De acordo com o quadro tipológico elaborado por Oliveira, Galhano e Pereira (1983), os moinhos do Ribeiro do Coito enquadram-se nos moinhos

de rodízio fixo à pela com penas ou copos<sup>8</sup> ligeiramente oblíquos nos quais embatia o jato de água e propulsionava o mecanismo de moagem.

A admissão de água era feita através de cubo inclinado, podendo estes ter secção quadrangular ou circular, com os copos fixos radialmente num aro, de forma helicoidal.

Nalguns casos o sistema de filtragem, que impedia a entrada de detritos que pudessem obstruir o bom funcionamento do rodízio, era feito com recurso a grelha composta por grade.

Os dez moinhos identificados ao longo do Ribeiro do Coito apresentam características muito semelhantes no que diz respeito à sua estrutura. Possuem planta retangular ou quadrangular, com os paramentos em alvenaria de granito e de aparelho irregular.

Todos os moinhos eram cobertos por telha, com telhados de uma ou duas águas. A este facto não será indiferente a tradição de produção de telha no concelho de Carrazeda de Ansiães, bem como na

8. Na bibliografia é geralmente utilizada a designação de penas, embora na oralidade para o caso dos moinhos de rodízio de Vilarinho da Castanheira sejam mencionados como copos. “Era um pau de zimbro depois fura-se no fundo aquele travessão, aquela cruz, bota-se por cima a madeira e depois por cima leva os copos onde bate a água...faziam aquilo em madeira depois por cima punham um prego em cada lado do copo.” (A.M)



Da esquerda para a direita e de cima para baixo  
 Fig 6 Levada do moinho nº1  
 Fig 7 Alçado sul do moinho nº1  
 Fig 8 Cubo de secção circular do moinho nº2

Fig 9 Cubo de secção quadrangular do moinho nº3  
 Fig 10 Cubos de secção quadrangular do moinho nº5  
 Fig 11 Interior do cabouco do moinho nº6

própria freguesia de Vilarinho da Castanheira, como constatado nas fontes documentais e comprovado pelas entrevistas realizadas.

“*Tudo tinha telha antiga [...] a telha era feita aí [...] havia aí dois lugares onde faziam a telha [...] e forno para cozer [...] já não me lembro muito bem [...] ouvia falar.*” (A.M)

A identificação dos moinhos, através da atribuição da numeração de um a dez, contou com a preciosa ajuda das fontes orais. (Fig.5)

“*Eu até lhe vou contar os moinhos, era em baixo um que era do avô do Zé Luís, havia outro que era o sapeiro, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, dez moinhos que havia aqui antigamente.*” (M.M)

A descrição dada pelo senhor António reporta-se ao conjunto dos seis primeiros moinhos, e utilizava como referência o moinho n.º5, que era pertença de sua avó.

“*...trabalhava pra baixo da minha avó um, que lhe chamavam... que era o moinho do dezoito, depois então, então era da minha avó, depois era o do Luís Catorze e depois era o da minha mãe. E depois era o do Aleixo que agora é da junta e depois o outro também da junta, o cimeiro... ora um, um, dois três, quatro cinco, seis, esses seis é que trabalhavam...*” (A.M)

Todos os moinhos possuem, de forma integral ou vestigial, uma levada estruturada por pedra granítica, por norma disposta em cutelo podendo também ser coberta, formando um caneiro, que encaminhava a água do ribeiro até ao cubo. Nalguns casos a es-

trutura da levada conduzia a água de um moinho para o outro, verificando-se diferentes formas de como se podia bloquear ou direccionar a água para as levadas. (Fig.6 e 7)

Os cubos são maioritariamente de secção quadrangular, tendo-se identificado apenas dois de secção circular, num caso o mesmo moinho apresenta dois cubos de secção quadrangular (moinho n.º 5) e noutro dois cubos de secções de forma distinta (moinho n.º8). (Fig. 8,9 e 10) Também a sua extremidade inferior, no interior do cabouco do moinho podia apresentar secções de configuração diferente. (Fig. 11, 12 e 13)

A água preenchia o cubo e por ação da força gravítica acionava o engenho motriz ao embater nos copos fixos ao rodízio.

A extremidade inferior do cubo, no cabouco do moinho, apresentava uma secção de madeira mais estreita com uma abertura, ou nalguns casos composta por dois orifícios (designada localmente por focinheira, por fazer lembrar o focinho de um porco, embora na bibliografia se registre a utilização de nomenclatura diferente)<sup>9</sup>. (Fig.13)

“*...esta parte que é a focinheira, está metida no cubo do moinho. E tem esta parte pequenina aqui que é o tufo. Quando há muita água, mete-se um mais largo, quando a água é menos, tem que se fazer outro mais estreito que é para encher o tufo e*

9. Em Oliveira, Galhano e Pereira (1983: 98) é utilizada a designação “Seteira”.



Fig. 12 Interior do cabouco do moinho nº8



Fig. 13 Aspeto da extremidade inferior do cubo e focinheira no cabouco do moinho nº1

para fazer andar o moinho. Porque se for mais largo e a água for pouca não deixa encher o tufo.” (M.M)

Nos casos em que a focinheira tinha dois orifícios estes tinham orientação divergente por forma a cada um fazer acionar o seu rodízio correspondente. Caso se pretendesse trabalhar apenas com um dos pares de mós o orifício por onde jorrava o correspondente jato de água era tamponado por forma acionar apenas um dos rodízios.

Tratar-se-iam todos de moinhos de rodízio, e segundo o que foi possível apurar, todos apresentariam a solução técnica de utilização de rodízio fixo à pela.

O sistema motor do rodízio propulsionado pela força hídrica é composto por diversos elementos, nomeadamente:

No piso inferior, ou cabouco do moinho, o veio metálico entra no lobete, peça metálica que é espiçada no pelão e reforçado com argolas de ferro apertadas com cunhas de madeira. Na extremidade inferior da pela encontra-se o rodízio, onde se encontram os copos, que assenta no aguilhão que gira sobre a rela que assenta no urreiro.

O urreiro, barrote de madeira que se encontra semi suspenso através do aliviadouro, peça essencial para o funcionamento do moinho, uma vez que suporta a rela e permite que esta rode, permite também afinar o espaço de altura que medeia as

duas mós, permitindo controlar a granulometria da moagem conforme pretendido.

A admissão de água no moinho é feita através do cubo, situado a uma cota superior do cabouco, e por vezes até da própria estrutura de cobertura telhada do moinho, esta estrutura de secção quadrangular, ou mais raramente de secção circular, permite canalizar a água por força gravítica até à focinheira. É precisamente a pressão de água que jorra contra os copos que faz movimentar o rodízio, transmitindo a rotação ao veio metálico, à segurelha e à mó andadeira provocando o movimento rotativo que esmaga o grão.

No piso superior encontrava-se a tremonha, recipiente de madeira no qual é despejado o cereal, que por norma se encontra preso por barrotes de madeira ao travejamento do telhado. Deste cai para a quelha, cuja queda regular e constante é propiciada pela vibração gerada pelo contacto do chamadouro, peça de madeira em forma de cruz, sendo que uma das extremidades apoia na mó superior ou andadeira cujo mover constante induz a supramencionada vibração.

Assim, o grão cai no “olho” da mó superior que se encontra apoiada na segurelha, cujas “orelhas” encaixam numa reentrância efetuada na parte inferior da referida mó, e que se encontra diretamente ligada ao veio vertical metálico que atravessa o pouso ou

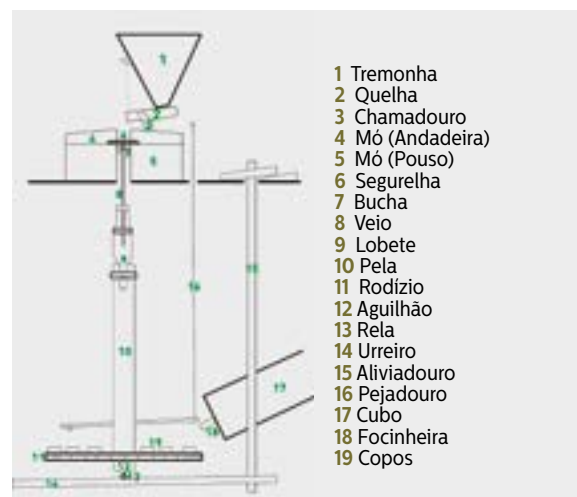


Fig. 14 Alçado esquemático de moinho de rodízio. Desenho elaborado a partir de (Oliveira, Galhano e Pereira, 1983:98)

mó inferior de maior espessura, que transmite a força motriz de propulsão gerada no piso inferior ou cabouco.

Para que este eixo vertical se mantenha estável e não permita a queda do cereal através do “olho” da mó inferior são colocadas duas buchas de madeira nesse local, isolando-o.

O movimento de moagem do moinho pode ser travado, bloqueando a água à entrada da levada que a conduz para o cubo, ou no interior do moinho através do pejadouro, tábua de madeira que permite desviar a água do rodízio. (Fig.14)

Segundo os diferentes testemunhos os tipos de madeira mais utilizados eram o zimbro e o freixo, “É uma madeira mais resistente, não abre tanto, não se estragava tanto com a falta da água...” (A.M), a sua resistência e durabilidade são frequentemente enaltecidas, “...os paus de zimbro duram muitos anos, muitos anos.” (M.M).

A tipologia destes engenhos é observável nos moinhos que se encontram reconstruídos (moinho n.º1 e n.º2), bem como parte do sistema motriz e mó inferior derruídos no cabouco do moinho n.º7. (Fig.15 a 18)

A maioria dos moinhos do Ribeiro do Coito apresentaria dois pares de mós, de acordo com a informação recolhida por consulta de arquivo, por observação direta, e como comprovam as fontes



Da esquerda para a direita e de cima para baixo

Fig. 15 Interior do moinho n.º1

Fig. 16 Aspeto da focinheira e rodízio do moinho n.º2

Fig. 17 Rodízio do moinho n.º1

Fig. 18 Rodízio do moinho n.º2

orais ao descreverem o moinho n.º5, esta constituiria a generalidade dos casos,

“...é o único que tinha dois cubos, tem um para a pedra do trigo e outro pro milho e para o centeio, à parte, dois cubos e dois rodízios, era diferente dos outros que tinham só um cubo e cada cubo tinha dois rodízios...” (A.M)

Atualmente observa-se ainda nos moinhos n.º4, 5, 6 e 8, dois pares de mós, que em alguns casos parecem localizar-se ainda “in situ”.

Destacamos no entanto que, de acordo com os dados constantes nos livros de “Licenças de Comércio e Indústria”, estão licenciados dois “...moinho de uma pedra...” para o ano de 1930, um desses requerentes encontra-se referenciado pelo ofício n.º111 do guarda-rios, datado de 1940 como sendo proprietário de um moinho com duas mós. Não será de estranhar a possibilidade de que muitas destas estruturas tenham sido alvo de diferentes intervenções de requalificação ou ampliação ao longo das décadas de ocupação.

Para além da estrutura do moinho que albergava o engenho hidráulico propriamente dito, verificou-se a existência de várias estruturas anexas que faziam parte do dia-a-dia do moleiro e restante população



Fig. 19 Levantamento por fotogrametria aérea do local dos moinhos do Ribeiro do Coito.

que habitava no lugar dos moinhos do Ribeiro do Coito.

Nas zonas anexas ou próximas dos moinhos ainda é possível observar diversas dessas estruturas, como são o caso das “lojas” para guardar os animais, pátios com bebedouro para estes, estruturas de habitação algumas das quais possuem ainda forno no seu interior. São também perceptíveis as delimitações das diferentes “geias” e pequenas olgas de cultivo, um pombal, bem como um “arruamento” de empedrado irregular, confinante em parte com o afloramento rochoso granítico, que delimita a norte os moinhos n.º3 e n.º7. (Fig.19)

#### 4. O quotidiano do moleiro

A partir do momento em que o caudal do ribeiro se demonstrava suficiente para funcionar como força motriz dos engenhos hidráulicos, as moendas iniciavam o seu trabalho “...logo após as primeiras

chuvas.” (A.M), ou “...a partir dos santos...” (M.M). Assim que o caudal do ribeiro o permitisse a operacionalidade dos engenhos tornava-se contínua e implicava que as famílias, ou elementos delas, habitassem nos moinhos, ou zonas anexas, durante o período de produção, tornando-se efetiva a permanência do moleiro no local.

“Por setembro, logo nas primeiras águas, os moleiros começavam logo a compor os moinhos para eles trabalharem, assim que o ribeiro corresse o suficiente para ele trabalhar...” (A.M).

Os proprietários dos moinhos transferiam o seu local de habitação para a “vila dos moinhos”, passando esta a ser a sua habitação diária e a pernoita no local passa a ser uma constante. Esta estadia prolongava-se até aos finais do mês de maio, época em que o estio originava uma redução do caudal do ribeiro.

“Dormíamos lá, dormíamos e aquilo estava sempre de noite e de dia sempre a trabalhar...”

“Quando o ribeiro secava já não se passava lá tanto tempo, praticamente vivia-se lá de inverno...” (A.M).

“E então, aqui o pessoal entretinha-se, nesse tempo, dormíamos todos aqui, para moer as farinhas de noite e de dia, e de manhã cedo íamos leva-la aos fregueses. Mas era muito trabalhosa a vida!” (M.M).

O ofício era transmitido de geração em geração e originava uma especialização de base empírica, como sucede na maioria destas atividades produtivas de base rural, era o próprio moleiro que com a experiência acumulada efetuava as reparações necessárias que os engenhos revelavam pela utilização continuada.

As mós que pelo uso ininterrupto apresentavam desgaste e passavam a ficar “lisas” necessitavam de ser picadas para manter a sua rugosidade, essencial para a capacidade de moenda.

“Ao fim de 10 ou 15 alqueires tínhamos que picar a pedra para andar tudo apuradinho.” (A.M).

“Aí ao fim de 30 alqueires de pão que moesse, a gente tinha que picar a pedra. Se não a picássemos, se a pedra estivesse rafada, depois a farinha já não ficava em condições, ficava a farinha derretida, não supria em farelos nem supria em farinha, não ficava bom o pão.” (M.M).

“E tinha que a gente ter o cuidado de não deixar andar a pedra a trabalhar sem grão, porque senão, rafava-se rápido, esta pica que a gente lhe faz. Se tiver grão aguenta-se muito tempo, se estiver a andar a trabalhar as rodas uma em cima da outra sem grão, dá cabo destes dentes e depois temos que picar novamente, não se aguenta tanto tempo. Tem que a gente ter cuidado, assim que acabar a farinha, parar logo a pedra e botar outra, outro cereal.” (M.M).

São diversos os vestígios que atestam a utilização dos substrato rochoso como suporte para aguçar as pontas dos picos utilizados, através da raspagem dos mesmos, nomeadamente próximo dos moinhos n.º3 e n.º5. (Fig.20)

“...era dos moleiros aguçarem o pico... eles levavam-no ao ferreiro para aguçar e mas depois começava-se a por rombudo mas depois para que o pico picasse melhor e davam-lhe uma passadela

assim numa pedra sempre no mesmo sítio e ficava um rascunho de passar o pico...” (A.M).

As matérias-primas utilizadas para produzir as mós eram diversas, e utilizadas consoante o tipo de cereal a moer.

As de utilização mais frequente eram as de calcário, denominadas por trigas ou alveiras, utilizadas para moer o trigo e, segundo a memória popular, tinham que vir de região centro do país. As mós centeias eram produzidas localmente, pois utilizavam o granito como matéria-prima, e como o nome indicia eram utilizadas para moer centeio.

“...a tal pedra triga e temos ali outra que é a pedra centeia. Esta só podia moer trigo e centeio, mas aquela também podia moer o trigo, mas ficava negro, ficava preto, se fosse lá a gente a moer trigo naquela pedra, não ficava em condições, era só para o centeio.”

“E então as pedras, também quando às vezes se gastavam, era preciso comprar outras, mandavam-se vir. Eram umas pedras que são de granito, cortavam-se a onde quer, eram as centeias. Havia outras que lhe chamavam as pedras alveiras, era só para moer o trigo e o pão aos ricos, que os pobres não queriam o pão na alveira, que supria pouco, queriam era farelos, queriam tudo derretido, queriam que suprisse. [...] Pois então, essas pedras centeias cortavam-se onde quer, eram de granito e as outras, mandavam-se vir do pé de Coimbra, uma que para lá havia, que eram as trigas, por aqui não havia essas pedras.” (M.M).

Por esta razão a maioria dos moinhos apresentava dois pares de mós, cada um preparado para moer o seu tipo específico de grão. A granulometria pretendida podia ainda ser regulada através da diferença de altura entre a mó “andadeira” e a mó inferior.

“Quando é para moer milho, fazer milhos, já tem que se levantar mais a pedra um bocadinho, os milhos não podem ficar derretidos como a farinha, tem que se levantar a pedra mais um bocadinho. Acaba o milho vai-se a deitar o centeio ou o trigo, já tem que se baixar mais um bocadinho a agulha, a pedra.” (M.M).

A proveniência do cereal era maioritariamente da circunvizinhança, cada moleiro tinha os seus clien-

tes/fregueses mais ou menos fidelizados, naquilo que se pode considerar como área de abrangência dos moinhos do Ribeiro do Coito, essencialmente compreendiam a freguesia de Vilarinho da Castanheiro e a aldeia da Lousa, pertencente ao concelho de Torre de Moncorvo.

Os moinhos eram explorados quase unicamente pelos seus proprietários, embora tenha sido possível atestar um caso em que foi feita a concessão da exploração, facto que se encontra em anotação lateral em ofício do “Cadastro de Moagens de Rama”, o cruzamento desta informação com os livros de “Licenças de Comércio e Indústria” permitiu considerar esta prática particular, dado que para o anos de 1930 e 1932 se registou a licença de uma mesma unidade de moagem para os mesmos dois indivíduos<sup>10</sup>.

A compensação/remuneração do moleiro pelo seu trabalho era feita através da retenção de uma percentagem do grão, designada por “maquia” e que consistia em cerca de um quilograma por alqueire, esta seria a forma mais corrente de pagamento ao moleiro pelo seu trabalho. (Fig. 21)

“A gente ia buscar o cereal a casa do freguês e depois tirávamos 1 quilo, em cada alqueire. 1 alqueire tinha 10 quilos ou 12, era forme era a grainha. Tirávamos então, em 3 alqueires tiravam-se 3 quilos, se fossem 4, eram 4 quilos e assim sucessivamente.” (M.M).

“Ninguém pagava a dinheiro, a gente tirava a maquia, uma maquia em cada alqueire ninguém pagava a dinheiro.” (A.M).

“A dinheiro só pagavam (...) os sacos de farinha que a gente levava, esse pagavam a dinheiro, agora quando davam grão a moer não se pagavam a dinheiro, era da maquia que tirava desse pão” (A.M).

“...tinha 14 anos, ia com um jumento para a Lousa sem nada e vinha para cá outra vez, sem nada. Não me conheciam e não me davam o pão, de forma que depois, eu até tinha vergonha, sem nada no jumento. O que é que eu havia de fazer? Quando me começaram a dar um taleigo de pão ou 2 para moer, eu em vez de tirar as 3 maquias que me pertenciam, só tirava 2, tirava 2 e depois aquele taleigo ia para



Fig. 20 Pico utilizado para picar as mós. (Objeto exposto no Museu da Memória Rural)



Fig. 21 Rasa utilizada para maquiar. (Objeto exposto no Museu da Memória Rural)



Fig. 22 Mangueira utilizada para malhar o grão. (Objeto exposto no Museu da Memória Rural)

<sup>10</sup>. Livro de “Licenças de Comércio e Indústria” 1928-1933.



Fig. 23 Forno do moinho nº3



Fig. 24 Forno com grafito do moinho nº7



Fig. 25 Grafito no afloramento rochoso no exterior do moinho nº7



Fig. 26 Grafito no afloramento rochoso no exterior do moinho nº3

o forno, coziam-no e disseram: Olha, anda aí um rapaz novo, e afinal fiz mais 2 pães, dei-lhe o pão a moer e fiz mais 2 pães e uma bola. Olhe, aquilo começou-se a constar lá no forno. Depois então, chegava lá: Olhe, você conhece a casa de fulana? Não conheço. Vá a casa da senhora Joaquina ou senhora Antónia que tem lá 3 alqueires de pão, diz que fosse lá busca-los. Eu lá fui, olhe, começou-se a constar que rendia a farinha que eu fazia, e então nessa ocasião depois comecei a arranjar freguesia, já trazia as burras carregadas como os outros. E depois quando tinha freguesia já certa, claro, fazia como eles, tirava aquilo que me pertencia, mas tive muito tempo que me aconteceu isso. Tirava só 2 maquinas em vez de tirar 3, aquilo que me pertencia. Eu ficava prejudicado, mas depois arranjei freguesia como os outros.” (M.M).

Esta forma de troca direta, em que o cliente entregava o seu cereal ao moleiro e este retirava a sua maquia, que funcionava como pagamento/contrapartida para o trabalho de moagem, encontra-se também caracterizada por alguns dos ditos populares que aludem a esta operação, e sobretudo à possibilidade de ocorrer a sobremaquia do produto.

“la o Manuel tirava o que quer, ia o João tirava o seu quinhão, ia a Maria tirava a maquia e depois ainda ia então o António Pelado jurava e batia que o taleigo não estava maquiado.” (M.M).

“Vai o João e tirava o seu quinhão... e vai não sei quem... e depois dizia, e vai o António que se não fosse por vergonha nem o saco ia ao dono...” (A.M).

No caso dos moleiros de Vilarinho da Castanheira a deslocação à freguesia da Lousa era quase diária, aí iam buscar o cereal aos seus fregueses e traziam de volta aos moinhos do Coito para o moerem, no dia seguinte retomavam o mesmo percurso para o entregarem já moído e trazerem mais alqueires de grão para moer.

“Íamos à Lousa, é como digo, íamos ao Vilarinho, íamos à Cabeça Boa, mas era uma república de pessoal nessa altura, parecia uma procissão e andava tudo satisfeito e alegre.” (M.M).

“Tinham a freguesia da Lousa e às vezes iam lá todos, três e quatro de cada vez, cada dia, se não iam todos os dias às vezes iam dia sim, dia não. Estavam sempre lá com as cargas...” (A.M).

“Vínhamos aqui, as pessoas às vezes diziam olha vai lá buscar um saco de pão... outros encomendavam-no quando não no tinham encomendavam-no...” (A.M).

Na “vila dos moinhos”, destaca-se logo à chegada uma eira em pedra próxima ao ribeiro, esta estrutura era utilizada regularmente para as malhadas, processo que consistia na separação do grão de cereal da planta antes de este ser moído.

Um trabalho comunitário efetuado por homens utilizando as mangueiras, artefactos utilizados para

malhar o grão, em grupos de várias pessoas que se organizavam num espírito de solidariedade laboral e que ocorria no local dos moinhos do Ribeiro do Coito, estes testemunhos indiciam-nos também o tipo de organização do trabalho tão característico do mundo rural. (Fig. 22)

“Havia grandes malhadas naquela eira que la esta junto ao ribeiro... malhavam lá muito pão... às vezes era aos quatro e seis homens ao mesmo tempo... era fantástico...” (A.M)

“As pessoas faziam as malhadas em julho, a ceifa e as malhadas faziam-se em junho e julho...” “...o grão malhado fica com menos pó, mais limpo...” (A.M).

A relação entre a qualidade do grão, “...mais bem criado...”, e o número de quilogramas por alqueire parece ser um fator indissociável, a mesma unidade de medida podia apresentar um peso diferente dada a densidade do grão e conseqüentemente a quantidade de pães que era possível produzir por alqueire.

“Havia um grão que supria mais o pão, o grão se for bem criado dá até mais pães, senão faz mais farelos e menos farinha...” (A.M).

“Estava com certeza mal trabalhado porque também havia gente que não o crivava bem, quem o crivava bem e o levava limpinho ficava sempre melhor, quem tinha preguiça de o crivar sempre levava mais poeira, pronto não ficava tão bom [...] ficava bonito quando

era mais limpinho [...]. A gente ia sempre comprar esse grão a quem o tinha assim mais limpinho.” (A.M).

As condições e tipo de grão acabavam por ter influência direta na duração do tempo de moagem.

“A tremonha leva 1 hora, hora e meia, conforme às vezes era a grainha. Se estivesse húmida, demorava mais a moer, se estivesse seca, moía mais rápido.” (M.M).

Existiam também algumas outras estruturas anexas aos moinhos, e que faziam parte do quotidiano da população que aqui vivia, como são o caso das lojas para os animais, os fornos de cozer pão, os terrenos agrícolas e até pombais.

Na recolha das memórias foi possível registar de forma mais pormenorizada a descrição de algumas dessas estrutura, nomeadamente dos moinhos n.º3 e n.º5.

“Tinhamos dois moinhos, tinha um donde estava a minha avó [...] e tínhamos o outro donde estava a minha mãe, mas praticamente eram os dois da minha avó. O de cima donde nos távamos até tinha uma casinha ao lado que lhe chamávamos a salinha, e tinha uma loja prós bois e para o burro, e ela tinha sempre bois, porque tinha um terreno ali perto, tinha sempre bois de puxar ao carro. O de baixo tinha a loja dos bois, tinha uma cozinha à parte e donde se dormia também à parte, e também tinha uma cama no moinho, para quando o



*moleiro dormia também mesmo, quem cuidava daquilo tinha que dormir mesmo dentro do moinho, também lá tinha uma cama...*” (A.M).

*“... é o chocalho, que cai quando acaba o cereal. A gente está deitado na cama, está a dormir e acaba o cereal da tremonha, isto cai ao chão, a gente se estiver a dormir, acorda, vem apanhar aquela farinha e bota outra para continuar a moer.”*(M.M).

As difíceis e laboriosas condições de vida levavam a que os terrenos em torno dos moinhos fossem cultivados como meio de subsistência, os diferentes “*geios*” de cultivo e as pequenas “*olgas*” conferiam algum dos produtos básicos para o sustento dos moleiros e das suas famílias. Os relatos das dificuldades que caracterizavam este período são consistentes e várias vezes realçados nas entrevistas orais que foram realizadas.

*“Ali a volta cavava-se tudo, punham umas hortas, umas batatas, era tudo fabricado (...) porque o moleiro vivia praticamente daqueles terrenitos daqueles quintais ali a volta, era praticamente tudo cavado à enxada ...era tudo fabricadinho.”* (A.M).

Estas práticas agrícolas eram realizadas de forma simultânea com a atividade de moagem.

*“Deixavam o moinho a andar, punham o chocalho. E quando estava o grão a acabar o chocalho caía porque já não tinha peso do grão para pegar no chocalho e lá ia botar outro grão e apanhar a farinha.”* (A.M).

Outro tipo de estruturas que se encontram nos moinhos são os fornos, identificados nos moinhos n.º 5, 7 e 8. Dos dois primeiros destaca-se o interior da câmara de combustão/cozedura estruturada com fragmentos de telha de meia cana e argila. (Fig.23 e 24)

Para a freguesia de Vilarinho da Castanheira o número de registos para “...forno de coser pão...”<sup>11</sup> era significativa, verificando-se diversos licenciamentos para o exercício desta atividade o que demonstra uma complementaridade das atividades económicas locais e demonstra bem a importância do consumo do cereal transformado.

*“Havia muitos fornos aqui na povoação... também levavam o pão cozido daqui pra lá...”*(A.M).

Temos assim registo das diversas atividades paralelas, anteriores ou posteriores à moagem, efetuadas

nas imediações do complexo de moinhos do Ribeiro do Coito, o que atesta o dinamismo e simbiose das diferentes fases de processamento do cereal até chegar ao consumidor final.

No forno do moinho n.º7 regista-se um grafito cruciforme, este tipo de gravação verifica-se também no afloramento rochoso no exterior da estrutura anexa deste moinho. No exterior do moinho n.º3 regista-se também a presença de grafito cruciforme, talvez representando um cruzeiro, bem como de letra epigrafada. (Fig.25 e 26)

Um dos momentos marcantes que era celebrado no local era a matança do porco, concelebração recorrente no mundo rural, reunia vários elementos da mesma família no lugar dos moinhos do Ribeiro do Coito. Os comensais reuniam-se para participar num momento simbólico, assinalado por um ritual gregário ancestral e que significava o sustento da família com um produto consumido de forma pouco regular dada a sua carestia.

*“A minha avó fazia sempre lá a matança do porco e então nessa altura ia lá toda a família...”* (A.M).

*“Acabava a matança só ficavam lá os que trabalhavam no moinho os outros vinham pra casa lá vinham à vida deles...”* (A.M).

*“Quando fazia a matança, vínhamos cá os filhos e os netos e os genros, vinha tudo aí. E eu estava aí habituado, vinha aí muito a miúdo.”* (M.M).

As atividades diárias contemplavam também a deslocação à sede de freguesia para frequentar o ensino escolar.

*“Vinha eu e outro rapaz e o meu irmão vínhamos à aula, vínhamos todos os dias à aula, vínhamos a pé e a tarde lá íamos outra vez”.*

*“Outras vezes já mesmo de noite com um facho-queiro de palha aceso nas noites escuras... e lá íamos...”* (A.M).

A já mencionada sazonalidade da exploração das estruturas de moagem originava a que no verão os habitantes da “*vila dos moinhos*” regressassem a Vilarinho da Castanheira.

*“Depois já se regressava mais aqui a aldeia, já não se passava lá tanto tempo quando o ribeiro secava já não se passava lá tanto tempo, alguns lá iam regar a hortita, passavam mais o tempo aqui na aldeia, praticamente vivia-se lá era de inverno...”*(A.M).

*“...era conforme viesse o ano. Se viesse mais húmido, andava até mais tarde, se houvesse menos água, paravam mais cedo, mas geralmente, naquele tempo, andavam muitas vezes até ao mês de maio.”* (M.M).

## 5. Conclusões

Atendendo às realidades observadas no complexo molinológico do Ribeiro do Coito, é possível ter uma noção da complexidade dos sistemas produtivos e do engenho humano que esteve na base da sua criação.

A envolvente da área em estudo não é passível de ser compreendida apenas pela análise estrutural dos moinhos, é necessário “*dar voz*” a quem ainda detém o conhecimento técnico e a memória das vivências no local, num esforço de preservar não só a história mas também a cultura imaterial inerente, registando-as.

Os moinhos do Ribeiro do Coito são um testemunho material indissociável de um “*saber-fazer*”, bem como de uma dimensão imaterial que reúne todo um modo de vida que o devir foi desmantelando, que acarreta uma potencial de perda de informação muito elevado num curto espaço de tempo, e que importa garantir que seja preservado.

## Agradecimentos

Senhor António Marques pela disponibilidade em ser entrevistado e esclarecer todas as dúvidas.

Dra. Isabel Alexandra Lopes e Dr. Luís Pereira pela cedência dos conteúdos resultantes da entrevista realizada ao senhor Manuel Marcos, no âmbito do projeto de musealização do Museu da Memória Rural.

Dra. Raquel Moreira do Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte.

## Referências bibliográficas

COSTA, António Carvalho da, (1706-1712) – Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes. Disponível em [WWW:<URL: http://www.purl.pt/434>](http://www.purl.pt/434)

LAUTENSACH, H; DAVEAU, S.; RIBEIRO. O (1999) – Geografia de Portugal II. O Ritmo Climático e a Paisagem, Lisboa, Edições Sá da Costa [4ª edição].

MARQUES, Maria Alegria (2014) – Forais de Vilari-

nho da Castanheira. Edição Comemorativa dos 500 anos do Foral Manuelino de Vilarinho da Castanheira (1514-2014). Carrazeda de Ansiães. Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

MENDES, José Maria Amado, (1981) – Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796, Coimbra, INIC e CHSCUC.

OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, (1983) – Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa (1873) – Portugal antigo e Moderno. Vol. XI, Edição Mattos Moreira & companhia, Lisboa. Disponível em: [https://archive.org/stream/gri\\_33125005925355#page/n701/mode/2up/search/castanheira](https://archive.org/stream/gri_33125005925355#page/n701/mode/2up/search/castanheira)

Plano Diretor Municipal (PDM) de Carrazeda de Ansiães (2015) – Fase 4 – Plano Diretor Municipal. Volume IV. Relatório Ambiental Preliminar. Disponível em: [https://www.cmcarrazedadeansiaes.pt/cmcarrazedadeansiaes/uploads/writer\\_file/document/240/5\\_RELAT-RIO-AMBIENTAL-PRELIMINAR.pdf](https://www.cmcarrazedadeansiaes.pt/cmcarrazedadeansiaes/uploads/writer_file/document/240/5_RELAT-RIO-AMBIENTAL-PRELIMINAR.pdf)

VITERBO, Sousa, (1896) – Archeologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos. Archeologo Português, Vol. II, nº8 e 9. Imprensa Nacional, Lisboa. pp.193-204.

## Fontes Documentais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo Memórias Paroquiais. Dicionário geográfico de Portugal.Tomo 41,V,Z-1758, 324 – Vilarinho da Castanheira, Moncorvo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4242286>

Arquivo do Município de Carrazeda de Ansiães Livros de registo de “Licenças de Comércio e Indústria” concelho de Carrazeda de Ansiães

Livro nº 1 – 1928 a 1933;

Livro nº 2 – 1934 a 1943.

Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte, Direção Hidráulica do Douro Correpondência recebida, Cadastro de Moagens de Rama, Livro 144, Concelho de Carrazeda de Ansiães, Freguesia de Vilarinho da Castanheira.

11. Livros de “Licenças de Comércio e Indústria” do Arquivo Municipal de Carrazeda de Ansiães.